

## «Diário» de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar — apresentação\*\*

O documento que a seguir se transcreve é o *Diário* de Antero Leal Marques, chefe do gabinete de Oliveira Salazar, desde que este assumiu, a 27 de Abril de 1928, a pasta das Finanças até 28 de Agosto de 1940, data em que Leal Marques é, a seu pedido, exonerado de chefe do Gabinete da Presidência do Conselho. O manuscrito incide sobre o curtíssimo período que vai de 28 de Junho a 11 de Julho de 1932 e corresponde aos dias em que Salazar, na qualidade de presidente do ministério, constitui o seu primeiro governo.

O caderno manuscrito foi deixado em herança pela filha de Leal Marques, Maria Luísa Soares Marques Dória Monteiro, a seu neto Henrique Chaves, que, com seu tio Jorge Dória Monteiro, decidiu oferecê-lo ao Arquivo de História Social do ICS. O melhor agradecimento que o Instituto e o Arquivo lhes podiam fazer — para além do que a ambos já apresentaram pessoal e institucionalmente — era publicarem na *Análise Social* o *Diário*, pelo seu indiscutível interesse e actualidade. E, ao torná-lo acessível à comunidade científica, atribuir à oferta outra dimensão.

### DO AUTOR

Pouco se sabe acerca de Leal Marques.

É inútil percorrer a *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, bem como os volumes de apêndices e actualizações, uma vez que dela o nome

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Agradeço a Madalena Garcia a ajuda que me prestou na transcrição e fixação do texto do manuscrito. A Manuel Villaverde Cabral o acesso à correspondência diplomática do Public Record Office. Ao arquitecto Miguel Velho da Palma as informações sobre seu avô. A Luís Filipe Salgado de Matos a identificação dos líderes da Legião Vermelha. A Pedro Faria e Luís Bigotte Chorão informações e observações pontuais. A António de Araújo a leitura crítica e minuciosa deste texto. A Maria de Fátima Bonifácio o estímulo para o escrever.

de Leal Marques não consta. Igualmente inútil é consultar os mais recentes dicionários de história vindos a lume sobre o Estado Novo, pois também nenhuma entrada para ele remete<sup>1</sup>.

E, no entanto, este chefe de gabinete e alto quadro da Administração Pública permaneceu ao lado de Salazar durante doze anos e o seu nome surge, quase diariamente, nas páginas dos jornais de grande tiragem dos primeiros tempos do Estado Novo, para falar só das fontes de mais fácil e livre acesso.

Apenas a obra genealógica *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste. Uma linhagem medieval inédita*, da autoria de Luís Filipe Marques da Gama, lhe faz menção<sup>2</sup>.

Perante tais lacunas, houve que recorrer à obra *Dos Leais...*, à informação fornecida pelos familiares, em particular um *dossier* de imprensa «Noticiário sobre os Serviços da Inspeção Geral de Finanças», uma «Nota» inédita redigida por Henrique Chaves, e àquela outra que eu própria pesquisei em dois dos principais matutinos de Lisboa e nos arquivos — Oliveira Salazar, Ministério do Interior e *O Século* —, ou que obtive, directa ou indirectamente, em entrevistas com o Dr. Henrique Chaves e os engenheiros Jorge Dória Monteiro e Henrique José Vilardebó Chaves.

Anthero Augusto Leal Marques nasce a 19 de Junho de 1880, em Sobral da Lagoa, Óbidos. É filho de Amélia Augusta da Gama Leal Marques e de Joaquim Marques Coelho Ferreira, dado como «professor primário, de francês e de latim, proprietário em Porto de Mós e Alenquer»<sup>3</sup>. Três anos depois, quando seus pais habitam na Tornada, Caldas da Rainha, nasce-lhe um irmão, Ernesto Marques da Gama. A 13 de Abril de 1884, a família de Leal Marques já se encontra a residir em Aveiras de Cima, no concelho da Azambuja, local onde o filho Ernesto é baptizado<sup>4</sup>.

Se os pais são católicos a ponto de baptizarem o segundo filho, tratar-se-á, segundo Henrique Chaves, de uma religiosidade ligeira, limitada aos actos litúrgicos mínimos ou obrigatórios.

Pouco se sabe acerca da escolaridade de Leal Marques e das escolas e colégios por onde andou. Após os estudos primários e secundários, tira o curso superior de Farmácia — como, de resto, o irmão —, vindo, desde cedo, a trabalhar na farmácia de que seu pai era proprietário.

---

<sup>1</sup> V. *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, e *Dicionário da História de Portugal*, coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Figueirinhas, 1999.

<sup>2</sup> Luís Filipe Marques da Gama, *Dos Leais de Sintra e Colares aos Leais da Região Oeste*, Óbidos, ed. da Câmara Municipal de Óbidos, 1997.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, pp. 150-151.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, p. 155.

Marques da Gama declara ter sido ele juiz substituto do juiz de direito em Alenquer. Henrique Chaves não diz exactamente o mesmo. Baseando-se em conversa com sua avó, afirma ter sido «'Juiz de Paz', aos 20 anos, facto de que muito se orgulhava», parecendo ser esta a versão mais verosímil<sup>5</sup>. Do que não há dúvidas é ter Leal Marques vivido por um longo período em Alenquer<sup>6</sup>.

A 23 de Agosto de 1902, Antero Leal Marques, com 22 anos, casa, no Bombarral, com Maria Emília Pereira Soares, filha de Camilo José Soares e de Adelaide Pereira da Silva, «grandes proprietários nos concelhos do Bombarral e do Cadaval e sucessores do palácio dos Henriques do Bombarral», palácio em que hoje se situam os Paços do Concelho e cuja traça setecentista foi destruída<sup>7</sup>. Se atentarmos na graduação da qualidade de proprietário atribuída aos pais e sogros, é de admitir que, com este casamento, Leal Marques tenha subido na escala social.

Após cerca de um ano, a 4 de Setembro de 1903, nasce, em Alenquer, a sua primeira e única filha, Maria Luísa Soares Marques<sup>8</sup>. Ignoramos quase tudo acerca da sua meninice e adolescência. Mas é de admitir que tivesse feito os estudos a que se dedicavam as meninas das classes médias do seu tempo: cultura geral, línguas e piano<sup>9</sup>.

Leal Marques, que muito se orgulhava de ser «Juiz de Paz», detestava, ao contrário, a profissão de farmacêutico. Por volta de 1907 transfere-se para a Lourinhã e muda de actividade. Passa a ocupar o cargo de tesoureiro da Fazenda Pública, com a categoria de 3.<sup>a</sup> classe<sup>10</sup>.

Pouco depois de Abril de 1911, aquando da «Lei da Separação», tem na Lourinhã um grave conflito com um advogado local que exerce funções de delegado do Ministério Público e que, a dado passo, se prepararia para o prejudicar e segregar<sup>11</sup>.

Quando as ameaças sobem de tom, provavelmente entre 1913 e 1914, Leal Marques vem a Lisboa contactar um amigo, monárquico e miguelista,

---

<sup>5</sup> V., respectivamente, Luís Filipe Marques da Gama, *op. cit.*, p. 151, e Henrique Chaves, «Nota», texto inédito em que registou uma conversa tida com a avó, Maria Luísa Soares Marques, filha de Antero Leal Marques.

<sup>6</sup> Será, de resto, aqui que vai nascer muito mais tarde sua filha. E, em 1938, o jornal local *A Verdade*, em peça dedicada a Leal Marques, logo à cabeça, afirma: «Se todo o país conhece este dedicado e íntimo colaborador de S. Exc.<sup>a</sup> o Presidente do Ministério, o concelho de Alenquer conhece-o especialmente. Tantos anos S. Exc.<sup>a</sup> viveu entre nós!» O autor da peça termina, de resto, por considerar que ele é praticamente «conterrâneo» (v. «Leal Marques», in *A Verdade*, de 8-5-38).

<sup>7</sup> V. Luís Filipe Marques da Gama, *Dos Leais...*, cit., p. 151, e entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>8</sup> Luís Filipe Marques da Gama, *Dos Leais ...*, cit., p. 152.

<sup>9</sup> Entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>10</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*

Manuel Maria Bruschy, que já havia sido secretário-geral do Ministério das Finanças e director-geral da Fazenda Pública nos governos da Monarquia e que continuara a sê-lo nos governos da República, designadamente no primeiro de Afonso Costa. Leal Marques partilha os sentimentos de estima, consideração e confiança de que Bruschy então goza e são gerais<sup>12</sup>. E, ao recorrer a Bruschy, Leal Marques mais não pretende do que conseguir a transferência a fim de pôr ponto final ao contencioso e não prejudicar a carreira.

Vagava, entretanto, o lugar de tesoureiro da Fazenda Pública (1.<sup>a</sup> classe) em Coimbra. Bruschy nomeia Leal Marques. A família abandona a Lourinhã e transfere-se para Coimbra<sup>13</sup>.

Em plena pandemia da pneumónica, que chega ao nosso país em 1918, a mulher de Leal Marques, Maria Emília Pereira Soares, que não terá mais de 37 anos, adoece, não resiste e morre. Para a filha, que andarà pelos 15 anos, a morte da mãe é um acontecimento trágico que a vai marcar para toda a vida. Garota ainda, é ela quem fica a tomar conta da casa<sup>14</sup>.

Leal Marques, com cerca de 38 anos, vê-se viúvo e passa a viver para a filha e para o trabalho.

Em Coimbra, a Repartição de Finanças fica, então, nos Paços do Concelho. Aqui conhece o professor de Direito Manuel Rodrigues, oito anos mais novo do que ele, por cujo nível intelectual e humano tem a máxima admiração. Nos fins de tarde e nas horas vagas frequenta uma tertúlia num café de Coimbra onde se juntam académicos e intelectuais e em que pontua Manuel Rodrigues, tido como «republicano» e com «fama de socialista»<sup>15</sup>. Leal Marques já seria, por esta altura, um «republicano moderado», como faz questão de se definir no seu *Diário*, e, de entre as facções republicanas, as suas simpatias vão claramente para a republicana de direita de Brito Camacho<sup>16</sup>.

O tempo e o modo como Leal Marques teria travado conhecimento e amizade com Salazar variam de fonte para fonte. Os familiares situam uma

---

<sup>12</sup> O prestígio de Bruschy é reconhecido tanto pelos ministros da Monarquia constitucional como pelos da República, só vindo a conhecer os primeiros dissabores em 1919, após a revolta de Monsanto, quando o acusam de «inimigo da República» e de «legitimista ferrenho» e pressionam no sentido da sua «depuração» do Ministério. Ainda que o então ministro das Finanças Rego Chaves se oponha à campanha surda que lhe é movida e reafirme o muito apreço que lhe merece como alto funcionário, Bruschy acabará nesse ano por pedir a aposentação (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* e Alberto Xavier, *Memórias da Vida Pública*, Lisboa, Livraria Ferin, 1950, pp. 65-66).

<sup>13</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

<sup>14</sup> Entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>15</sup> Sobre a tertúlia, v. Henrique Chaves, «Nota», cit. Sobre a qualificação política de Manuel Rodrigues, v. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 3.<sup>a</sup> ed., 1985, p. 105.

<sup>16</sup> Informação prestada pelo engenheiro Henrique José Vilardebó Chaves a 21-11-2005.

coisa e outra na tertúlia e por via de Manuel Rodrigues<sup>17</sup>. Marques da Gama, fazendo-se eco de uma afirmação dos autores da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, declara que Salazar recorre a Leal Marques «para lhe ministrar noções práticas de finanças públicas»<sup>18</sup>, de que Salazar nada perceberia<sup>19</sup>. Por fim, Carlos Pires de Lima da Fonseca reclama para si a paternidade do encontro entre Salazar e Leal Marques e situa-o em 1928. Amigo e frequentador da casa de Salazar, Fonseca lembra uma conversa tida entre ele e Salazar no Instituto Jurídico e acrescenta: «[...] e lembro-me do interesse com que lhe falei num homem com quem muito me dava, o Sr. Antero Leal Marques, pessoa que considerava um homem sério, funcionário exemplar e que em Coimbra era Tesoureiro da Fazenda Pública<sup>20</sup>.» Qualquer que seja a versão verídica — a da tertúlia, a das aulas ou a do amigo que apresenta o amigo —, é em Coimbra que a sua relação nasce.

A 27 de Outubro de 1925, sua filha Maria Luísa casa-se, em Lisboa, com o Dr. Henrique Mariano de França Dória Monteiro, natural da Madeira, formado em Medicina e que exerce a sua clínica no Monte da Caparica<sup>21</sup>.

Maria Luísa deixa assim Coimbra e a casa paterna. Leal Marques fica mais só. Trabalho e profissão vão ocupar, praticamente, a sua vida.

Entretanto, dá-se o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

O amigo e correligionário Manuel Rodrigues ocupa, desde Junho desse ano, o cargo de ministro da Justiça e dos Cultos. Entre 28 de Novembro e 19 de Dezembro de 1927, o então ministro das Finanças, general Sinel de Cordes, desloca-se a Genebra e a Paris para negociar um empréstimo da Sociedade das Nações a Portugal. Manuel Rodrigues é chamado a acumular interinamente a pasta das Finanças e convida Antero Leal Marques para seu chefe de gabinete<sup>22</sup>.

---

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> Luís Filipe Marques da Gama, *Os Leais...*, cit., p. 151, e Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar*, vol. 1 (1934-1950), Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1988, p. 39, nota 12.

<sup>19</sup> Por sua vez, Cunha Leal via em Quirino de Jesus o verdadeiro «mestre» de um «Salazar que não vê um palmo à frente do nariz em matéria de política económica.» (cit. in Comissão do Livro Negro, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1987, p. 7).

<sup>20</sup> Carlos Pires de Lima da Fonseca, *Roteiro da Minha Vida*, Lisboa, Livraria Portugal, pp. 244-245.

<sup>21</sup> Onde o casal virá a ter os seus dois filhos. O primeiro nasce em 1927 e é uma menina: Maria Helena Marques de França Dória Monteiro, que, anos depois, virá a casar com Henrique José Vilardebó Chaves, engenheiro mecânico e técnico das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, do qual terá três filhos, um dos quais é Henrique Chaves. O segundo é rapaz, nasce em 1929 e chama-se Jorge Marques de França Dória Monteiro, que virá a ser engenheiro mecânico e administrador da Companhia Nacional de Navegação (v. Luís Filipe Marques da Gama, *op. cit.*, p. 152, e entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro).

<sup>22</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

Leal Marques transfere-se para Lisboa.

Uma vez regressado o titular da pasta, Sinel de Cordes<sup>23</sup>, Manuel Rodrigues fixa-se na Justiça e Cultos, enquanto Leal Marques retoma as pacatas funções na Repartição de Finanças da cidade de Coimbra.

Mas por pouco tempo.

A 27 de Abril de 1928, no governo chefiado pelo general José Vicente de Freitas, o professor de Finanças e de Economia Política na Faculdade de Direito de Coimbra António de Oliveira Salazar é convidado, de novo, a sobraçar a pasta das Finanças. Presidente da República, presidente do ministério, autoridades militares e maiores da ditadura aceitam agora as quatro condições que ele coloca para ocupar o lugar<sup>24</sup>.

É a vez de Salazar recorrer aos serviços de Leal Marques, a quem convida para seu chefe de gabinete. Leal Marques terá começado por recusar, alegando a excessiva responsabilidade das «funções que desempenhava e das avultadas verbas à sua guarda»<sup>25</sup>. Salazar não lhe dá qualquer hipótese de fuga, ou, como dirá mais tarde o *Jornal de Notícias*, usa todo o seu *charme* e convence Leal Marques, que acede a chefiar o gabinete por um ou dois meses<sup>26</sup>. Mas, a acreditar no mesmo *JN*, os dois meses de chefia do Gabinete irão transformar-se em dois anos de «duríssimo [e] sacrificante trabalho», uma vez que todas as semanas vai a Coimbra «conferir o cofre da Tesouraria», cuja responsabilidade continua a seu cargo<sup>27</sup>.

Seja como for, Leal Marques regressa a Lisboa e ao Ministério das Finanças. A 28 de Maio de 1930, pouco depois de remodelar o sistema tributário (Abril de 1930), Salazar cria a Inspeção-Geral de Finanças (IGF)<sup>28</sup>,

---

<sup>23</sup> Que é logo substituído pelo ministro interino general Ivens Ferraz, que irá recusar o empréstimo externo. Sobre as datas da sucessão ministerial, v. Guimarães, Alberto Laplaine e outros, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos e INCM, 2000, pp. 255-257.

<sup>24</sup> As condições eram: «a) Que cada ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças; b) Que as medidas tomadas pelos vários ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças; c) Que o Ministério das Finanças pode opor o seu 'veto' a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis; d) Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes ministérios nas medidas relativas à redução de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possa organizar tanto quanto possível segundo critérios uniformes [...]» (v. Salazar, «Condições da reforma financeira», discurso proferido a 27-4-1928, na sala do Conselho de Estado, no acto da sua tomada de posse, *Século*, de 28-4-1928).

<sup>25</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

<sup>26</sup> V. «Excepcional figura», *Jornal de Notícias*, de 27-4-1939.

<sup>27</sup> *Ibid.*,

<sup>28</sup> IGF que substitui a Inspeção da Fazenda Pública e do Corpo de Fiscalização Superior das Contribuições e Impostos (v. Decreto-Lei n.º 18 177, de 8-4-1930, e «Inspeção Geral de Finanças», in *Diário de Notícias*, de 29-5-1930).

que tem por atribuições fiscalizar e inspeccionar as direcções e secções de finanças, tesourarias da Fazenda Pública e outros cofres públicos, bem como realizar sindicâncias e inquéritos e propor a remodelação ou aperfeiçoamento dos serviços de lançamento e arrecadação de impostos<sup>29</sup>. Nomeia Leal Marques inspector-geral de Finanças, que organiza a IGF desde os seus fundamentos<sup>30</sup>. A este novo cargo Leal Marques junta as anteriores funções de chefe de gabinete.

Ainda em 1930, pelos seus relevantes serviços, é feito comendador da Ordem Militar de Cristo<sup>31</sup>.

Dois anos depois, a 28 de Junho, Salazar é indigitado pelo general Óscar Carmona futuro presidente do ministério. Leal Marques, como veremos no seu *Diário*, é uma peça-chave na constituição deste primeiro governo.

Entre Fevereiro e Maio de 1933, a IGF vê alargadas as suas competências. Em Fevereiro passa a realizar os inquéritos que lhe venham a ser exigidos pelo Tribunal de Contas (Decreto n.º 22 257). A 12 de Maio é-lhe atribuída a fiscalização das cooperativas. E a 13 do mesmo mês passa a ter por sua conta a inspecção dos serviços de contabilidade e de tesouraria das câmaras municipais e dos serviços municipalizados (Decretos n.ºs 22 520 e 22 521)<sup>32</sup>.

Leal Marques continua, no entanto, a acumular os dois cargos.

A 1 de Janeiro de 1934, o Presidente da República, na presença de todos os membros do governo e subsecretários de Estado, atribui-lhe a condecoração de grande-oficial da Ordem Militar de Cristo. Nas palavras que então lhe dirige sublinha «as suas admiráveis qualidades de carácter e de trabalho reveladas em muitos anos de serviço público exemplar»<sup>33</sup>.

A 27 de Março do mesmo ano, o Chefe da República do Brasil confere a Leal Marques o grau de comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul<sup>34</sup>.

---

<sup>29</sup> V. *A Inspeção Geral de Finanças. Relatórios e Anexos (1930 a 1937)*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 42.

<sup>30</sup> V. notícia muito posterior em *O Século*, de 29-8-49.

<sup>31</sup> V. cópia do diploma, oferecida por Henrique Chaves, da condecoração concedida pelo general Carmona a 15-4-30 in Arquivo de História Social do ICS.

<sup>32</sup> V. *A Inspeção Geral de Finanças. Relatórios e Anexos (1930 a 1937)*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 42. A IGF irá sofrer posteriores alargamentos das suas competências. Em 1934 passará a ter a seu cargo o exame à escrita das sociedades anónimas (Decreto n.º 22 680); a fiscalizar a escrita e o balanço aos cofres dos serviços prisionais e jurisdicionais de menores (Decreto n.º 22 708). Em 1935, a IGF integrará os serviços dependentes das Inspeções Gerais dos Tabacos e Fósforos (Decreto n.º 26 157). Em 1936, passará a competir à IGF a fiscalização dos organismos de coordenação económica (Decreto n.º 26 757).

<sup>33</sup> V. «Antero Leal Marques», in *Diário de Notícias*, de 4-1-1934, e cópia do diploma fornecida por Henrique Chaves in Arquivo de História Social do ICS.

<sup>34</sup> V. cópia do diploma fornecida por Henrique Chaves, in Arquivo de História Social do ICS.

A 15 de Abril de 1935, pouco antes de uma minirremodelação ministerial, Leal Marques deixa de ser chefe de gabinete de Salazar no Ministério das Finanças<sup>35</sup>. A Presidência do Conselho é também reformulada. Salazar, para além de um secretário, Arnaldo Pinheiro Torres, passa a ter um chefe de gabinete. Chama para este lugar Antero Leal Marques, que continua a acumular com o cargo de inspector-geral das Finanças.

Pela mesma altura há outras mudanças. Por um lado, Salazar deixa a sua residência na Rua do Funchal e transfere-se para um 1.º andar na Rua Bernardo de Lima. Por outro, abandona definitivamente o seu gabinete no Ministério das Finanças e passa a utilizar, exclusivamente, o gabinete no Palácio da Assembleia Nacional, onde ficam instalados os serviços da Presidência do Conselho<sup>36</sup>. Ou seja, de 1932 a 1935, Salazar nunca chegara a ocupar as instalações oficiais do Palácio de São Bento<sup>37</sup>.

A 30 de Abril de 1935 é a vez de o Presidente da República Espanhola, Niceto Alcalá Zamora, conceder a Leal Marques a placa da Ordem da República<sup>38</sup>.

Ainda a 26 de Agosto desse ano, na qualidade de inspector-geral das Finanças, Leal Marques parte, com mais três funcionários da IGF, para a ilha da Madeira, onde durante um mês inspeccionará os respectivos serviços de finanças<sup>39</sup>.

A sua ausência na Madeira, em fins de Agosto e durante quase todo o mês de Setembro, coincide com um período de doença de Salazar, que se recolhe a Santa Comba Dão e ao Caramulo e só vem a Lisboa, entre 10 e 14 de Setembro, para jugular o movimento conspirativo que, chefiado por Mendes Norton, envolve, para além dos clássicos oposicionistas republicanos e socialistas, os nacionais-sindicalistas de Rolão Preto<sup>40</sup>.

A 3 de Maio de 1937 morre, em Lisboa, Joaquim Marques Coelho Ferreira, pai de Leal Marques, que com ele vive na Rua Barbosa do Bocage. Entre os presentes no funeral contam-se o general Amílcar Mota, em repre-

---

<sup>35</sup> Leal Marques é substituído na chefia do Gabinete do ministro das Finanças por António Sebastião Spínola, que, até então, exercia as funções de inspector da IGF. É também nomeada secretária do ministro das Finanças a Dr.ª Emília Adelaide Ferreira, licenciada em Ciências Económicas e Financeiras (v. «Presidência do Conselho», in *Diário de Notícias*, de 16-4-1935).

<sup>36</sup> O gabinete do Ministério das Finanças vai albergar o subsecretário de Estado das Finanças e, por sua vez, o subsecretário de Estado das Corporações também passará a ocupar os gabinetes que antes pertenciam ao Dr. Costa Leite (Lumbralles) (*ibid.*).

<sup>37</sup> A parte residencial, nas traseiras do Palácio, só será construída em 1939.

<sup>38</sup> V. Cópia do diploma fornecida por Henrique Chaves in Arquivo de História Social. Leal Marques ainda recebe mais duas condecorações: a de grande-oficial da Ordem de Leopoldo II da Bélgica e a grã-cruz da Ordem da Águia Alemã. Para estas duas últimas, v. notícia sobre a sua morte em *O Século*, de 20-7-1969.

<sup>39</sup> V. *O Século*, de 27-8-1935, e *Diário de Notícias da Madeira*, de 27-9-1935.

<sup>40</sup> V. diário de Salazar, para os meses de Abril a Setembro de 1935, AOS, DI-I, IAN/TT.



sentação do Presidente da República, Oliveira Salazar, quase todos os ministros, secretários e subsecretários de Estado, presidentes da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa (CC), presidente do Supremo Tribunal de Justiça, procurador-geral da República, procurador da República junto da Relação de Lisboa, antigos ministros civis e militares, deputados da Assembleia Nacional e procuradores à CC, directores dos principais jornais diários e dirigentes de várias associações industriais e comerciais<sup>41</sup>. As centenas de pessoas que passam pela Rua Barbosa do Bocage ou que acompanham o féretro até ao Alto de São João constituem como que o barómetro da elevada consideração e influência que Leal Marques detém. Pelo número e qualidade dos presentes, o funeral não é só uma manifestação de pesar, mas um acto político. E, como já se está em plena guerra civil de Espanha, segundo o jornal *O Século*, «À saída do cemitério, o Sr. presidente do Conselho foi saudado, à romana, pela maioria dos assistentes»<sup>42</sup>.

Se em 1935 Leal Marques está ausente aquando da conspiração de Mendes Norton, em 1937 não falha nem as bombas de Janeiro nem o atentado a Salazar de 4 de Junho, ambos de autoria anarquista. Neste último, Leal Marques está mais do que presente. Salazar divide a assistência à missa dominical entre o Patriarcado (uma vez por outra) e, mais frequentemente, a casa do Dr. Josué Trocado, na Rua Barbosa do Bocage<sup>43</sup>. Raro era que Leal Marques não o acompanhasse. A 4 de Junho, ambos se dirigem, como é hábito, para casa de Josué Trocado. Leal Marques é o primeiro a sair do automóvel quando a bomba explode, destruindo a placa arborizada da avenida e abrindo um enorme buraco. Mas tudo quanto lhe acontece, como aos restantes, é ficar coberto de terra e, provavelmente, não ter ganho para o susto.<sup>44</sup>

Sensivelmente por volta de Julho de 1938, Leal Marques, na qualidade de inspector-geral das Finanças, torna públicos, através da Imprensa Nacional, os relatórios acerca da actividade da IGF para o período de Abril de 1930 a Dezembro de 1937, deles fazendo larga difusão. Numerosos periódicos, sejam os de grande tiragem de Lisboa e Porto<sup>45</sup>, sejam os porta-vozes de instituições

---

<sup>41</sup> AIP, Associação Comercial de Lisboa, Associação Comercial dos Lojistas, Associação dos Comerciantes do Porto e Associação dos Comerciantes de Angola (v. *O Século e Diário da Manhã*, de 6-5-1937).

<sup>42</sup> In *O Século*, de 6-5-1937.

<sup>43</sup> V. diário de Salazar, AOS, DI-I, IAN/TT.

<sup>44</sup> Salazar, Leal Marques e a família de Josué Trocado acabam por assistir à missa que é celebrada pelo padre Abel Varzim e fazem-no, segundo a imprensa, como se nada se tivesse passado (v. *O Século*, de 5-7-1937, e Henrique Chaves, texto de 21-11-2005). Sobre a versão anarquista do atentado, v. Emídio Santana, *História de Um Atentado. O Atentado a Salazar*, Lisboa, Fórum, 1976.

<sup>45</sup> *Diário de Notícias, O Século, Comércio do Porto*.

ou correntes políticas e religiosas<sup>46</sup>, sejam jornais regionais<sup>47</sup> ou de carácter especializado<sup>48</sup>, inserem artigos e peças de fundo encomiásticos à obra da IGF, ao seu inspector-geral e à prática de dar a conhecer o que os serviços públicos fazem. Até a Emissora Nacional dedica um longo tempo de antena ao assunto. Leal Marques parecia, por uma vez, ter abandonado a sua inveterada modéstia e sair da penumbra em que gostava de permanecer.

Com o desencadear da segunda guerra mundial, a actividade de Salazar e, por contágio, a do seu chefe de gabinete intensificam-se. O presidente do Conselho trabalha diariamente com o embaixador Teixeira de Sampaio no que se refere à política externa. Acompanha, de perto, as negociações de Mário de Figueiredo sobre a Concordata e o Acordo Missionário. Recebe ao longo do dia vários ministros e, pela noite, o das Obras Públicas, Duarte Pacheco. Para boa parte dos assuntos correntes de natureza interna — a que se juntam os da Comissão dos Centenários — apoia-se em Leal Marques, com quem despacha quase todos os dias, mesmo aos domingos, havendo dias em que o faz mais de uma vez.

A 5 de Dezembro de 1939, Salazar regista o que se terá passado no despacho das 10½ da manhã em que Leal Marques dá a conhecer o seu enorme cansaço, o seu grau de saturação, e coloca a hipótese de abandonar o lugar de chefe do Gabinete. Escreve Salazar: «10½ L. Marques — vem arrasado com trabalho e emoção da véspera — não pode continuar — deseja largar a chefia do Gabinete porque não pode com tudo — pessoas a receber e os processos da Insp. Geral e o trabalho na Misericórdia [?] — infelizmente é ele quem tem de fazer tudo — à noite ainda o maçam em casa — nem às refeições está sossegado — concordou em que assim desperdiça a saúde e a vida e que é necessário rever o problema<sup>49</sup>.»

A 25 de Janeiro de 1940, Salazar dá a entender que a demissão de Leal Marques corre de boca em boca e que tal facto o preocupa. Resumindo os assuntos abordados, pelas 14 horas, com Santos Costa — «revisão do projecto de decreto sobre os cursos para promoções a coronel e a major» —, Salazar acrescenta: «No final: impressões acerca dos boatos correntes — o que se diz da pretensa demissão do L. Marques<sup>50</sup>.»

A 28 de Janeiro, depois da missa em sua casa celebrada pelo padre Alberto Carneiro de Mesquita, antigo companheiro do Centro Académico da Democracia Cristã, Salazar trabalha com Leal Marques, pelas 11.30, e regista: «Alguns despachos — longa troca de impressões sobre a organização do

---

<sup>46</sup> *Diário da Manhã, A Verdade, Novidades, A Voz.*

<sup>47</sup> *Diário da Madeira, Soberania do Povo de Águeda, Jornal de Lagos, A Verdade de Alenquer, Diário de Notícias da Madeira e a União* (de Lourenço Marques).

<sup>48</sup> *Jornal do Comércio e das Colónias, Arquivo Financeiro e Segurador.*

<sup>49</sup> DI-2, AOS, IAN/TT.

<sup>50</sup> *Ibid.*

trabalho no Gabinete, Inspecção-Geral e Gabinete das Finanças — secretário, direcção (ou diminuição) do trabalho — necessidade de aliviar o trabalho e de descansar durante um ou dois meses.» No dia seguinte voltam a abordar o tema e Salazar escreve: «Proposta que apresentou (depois de agradecer a prova da estima e consideração) quanto às questões postas ontem: ir trabalhar só na Inspecção durante um ou dois meses e depois se melhorasse voltar à Chefia do Gabinete da Presidência. Mostrei-lhe a impossibilidade da solução<sup>51</sup>.»

A 5 de Fevereiro, entre os ministros que Salazar recebe, conta-se o da Justiça, Manuel Rodrigues. Com ele fala, segundo seu registo, de «Hipólito Raposo, da União Nacional e de um secretário para ela, da doença do Leal Marques do Gabinete da Presidência»<sup>52</sup>. A 15 do mesmo mês, pelas 2 horas da tarde, recebe o ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, e sobre o encontro escreve: «Também o Dr. Albino dos Reis já lhe falara no L. Marques<sup>53</sup>.»

De Fevereiro a Julho, a vida continua normalmente, com Salazar a dar despacho quase diário a Leal Marques e a abordar questões de elevada importância. A grande diferença é este não trabalhar aos domingos e, numa ou noutra ocasião, ser ajudado por «D. Emília», que tudo indica ser a Dr.<sup>a</sup> Emília Adelaide Ferreira, secretária do Ministério das Finanças. A 25 de Julho, ambos são encarregues «[...] da revisão das provas de imprensa do decreto da Concordata» e que envolve a «comparação com as fórmulas anteriores»<sup>54</sup>.

Em Agosto de 1940, Portugal é visto por um correspondente especial do *Daily Mail* como «o último recanto alegre na Europa», dele dizendo mostrar-se «calmo, feliz e optimista». Ostentando os seus «hotéis repletos de refugiados ricos e pobres», «apesar de ter havido um grande contingente de turistas alemães», a atmosfera no país «em nada foi modificada»<sup>55</sup>. A situação internacional ensombra-se, no entanto, com os seus reflexos sobre Portugal. A Holanda, a Bélgica e o Norte da França viam o seu território invadido pelas divisões alemãs. Mussolini acabava de entrar na guerra ao lado de Hitler. A neutralidade portuguesa começava a ser posta à prova quer pelos aliados britânicos, quer pelo Eixo.

Nesse momento, e seja por razões mais internas do que externas, Salazar procede a uma profunda remodelação governamental. Vindo desde 1936 a

---

<sup>51</sup> *Ibid.*

<sup>52</sup> *Ibid.*

<sup>53</sup> *Ibid.*

<sup>54</sup> *Ibid.*

<sup>55</sup> V. «Enquanto o resto da Europa arde em guerra, Portugal mostra-se calmo, feliz e optimista», notícia em que *O Século* transcreve a peça do *Daily Mail*, de 23-8-1940, e que tenta publicar na sua edição de 24 mas a censura corta por inteiro (provas tipográficas do jornal *O Século* enviadas para a censura in arquivo de *O Século*, IAN/TT).

acumular a chefia do governo e as pastas da Guerra, dos Estrangeiros e das Finanças, entrega esta última a João Pinto da Costa Leite (Lumbralles)<sup>56</sup>, que até então assumia a pasta do Comércio e Indústria. E faz muitas outras substituições<sup>57</sup>.

É neste contexto que, um dia antes da tomada de posse dos novos ministros e subsecretários de Estado, mais concretamente a 27 de Agosto de 1940, Leal Marques, com pouco mais de 60 anos, deixa, a seu pedido, o lugar de chefe de gabinete do presidente do Conselho, embora permaneça no cargo de inspector-geral das Finanças<sup>58</sup>. Nesse dia, Salazar regista no seu *Diário*: «Leal Marques abandona a Chefia do Gabinete da Presidência do Conselho<sup>59</sup>.»

A acreditar no que Salazar escrevera acerca de Leal Marques no seu *Diário* desde Dezembro de 1939, a afirmação de Marques da Gama, reforçada pela do engenheiro Jorge Dória Monteiro, segundo a qual Leal Marques apresentara a sua demissão «por discordar de alguns aspectos da política do Estado Novo» parece pouco verosímil<sup>60</sup>.

É verdade que Salazar, conforme se deduz da conversa tida com Santos Costa, mostra inquietar-se com a maneira como iria ser vista a saída do seu chefe de gabinete, tanto mais quanto corriam boatos<sup>61</sup>. Aliás, a 28 de Agosto, a censura manda suspender a notícia do jornal *O Século* sobre a demissão, uma vez que dela não consta a portaria da Presidência do Conselho e

---

<sup>56</sup> O que leva ao pedido de exoneração de António Sebastião Spínola, chefe de gabinete de Salazar, enquanto ministro das Finanças (v. «Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças cessante», in *O Século*, de 29-8-1940).

<sup>57</sup> Vaz Serra substitui Manuel Rodrigues na Justiça; Mário de Figueiredo substitui Carneiro Pacheco na Educação; Rafael Duque passa a chefiar a pasta da Economia (envolvendo o Comércio, Indústria e Agricultura, em que estavam, respectivamente, João da Costa Leite e ele próprio). A nível de subsecretários de Estado, Trigo de Negreiros entra para as Corporações e Previdência Social, Diniz da Fonseca para a Assistência Social, Supico Pinto para as Finanças, Rui Sá Carneiro para as Colónias, Lopes de Almeida para a Educação Nacional, Ferreira Dias Júnior para o Comércio e Indústria, André Navarro para a Agricultura [v. João Morais e Luís Violante, *Contribuição para Uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal (1926-1935)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, e Alberto Laplaine Guimarães e outros, *op. cit.*].

<sup>58</sup> V. «Demitiu-se do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho o Sr. Antero Leal Marques» e «12 anos depois Leal Marques deixa o cargo de chefe de Gabinete do Presidente do Conselho», in, respectivamente, *O Século* e *Diário de Lisboa*, de 29-8-1940.

<sup>59</sup> DI-2, AOS, IAN/TT.

<sup>60</sup> V. Luís Filipe Marques da Gama, *op. cit.*, p. 151, e entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro.

<sup>61</sup> Como, de resto, já havia acontecido com António de Sousa Gomes quando este, em 1933, abandonara o cargo de secretário da Presidência do Conselho para ficar apenas na direcção do *Diário da Manhã*. Sousa Gomes confirma a informação que dera a Salazar sobre «a impressão causada em certos espíritos pela minha saída da Presidência» e acrescenta: «Para efeito de acção do jornal parece-me que seria bom mostrar ao público que não saí pelo facto de V. Exc. me ter em menor conta» (v. carta de António de Sousa Gomes a Salazar, s. d., AOS/CP-128).

os termos em que esta procede à exoneração<sup>62</sup>. Ou seja, Salazar quer que o afastamento de Leal Marques não seja objecto de qualquer leitura política.

A 5 de Setembro, Salazar despede-se dos altos funcionários das Finanças e de seus colaboradores directos com um almoço na residência oficial à Rua da Imprensa. Entre os convidados conta-se, naturalmente, Antero Leal Marques<sup>63</sup>.

Dias depois, a 9 de Setembro, Leal Marques escreve um cartão a Salazar, agradecendo «o seu retrato e as palavras amigas que nele quis inscrever e bem assim o delicado objecto que ao retrato [...] juntou»<sup>64</sup>. O delicado objecto era, segundo Henrique Chaves, um relógio «Universal», de bolso com cordão, e todo em ouro, como à época se usava<sup>65</sup>.

A 7 de Fevereiro de 1941, a assembleia geral do Banco Lisboa & Açores elege por unanimidade Leal Marques para o cargo de administrador-delegado. Mas só a 30 de Setembro e após requerimento seu aquela eleição tem, enfim, resultados práticos. Por portaria, manda o governo, através do ministro das Finanças João da Costa Leite (Lumbralles), «que seja passado à situação de licença ilimitada [...] o inspector geral Antero Leal Marques e que, ao mesmo tempo, lhe seja dado público testemunho de louvor pelo zelo, competência e dedicação com que serviu o seu cargo, no exercício do qual prestou relevantíssimos serviços»<sup>66</sup>.

No seu último dia ao serviço da DGF, Leal Marques é objecto de uma homenagem por parte dos funcionários de todos os serviços que compõem aquela direcção-geral<sup>67</sup>.

A 2 de Outubro, Salazar regista no seu *Diário*: «Leal Marques penso [?] que foi para o Lisboa e Açores»<sup>68</sup>.

Chegava ao fim uma longa carreira de alto funcionário público, que praticamente toda a imprensa vinha desde há muito enaltecendo e considerando modelar. A melhor definição da personagem encontramos-la numa peça do *Jornal de Notícias*, de Abril de 1939, em que se pode ler:

[...] A toda esta competência [...] junta-se uma admirável e invejável resistência física que fazem de Leal Marques o trabalhador cronométrico

---

<sup>62</sup> V. Provas tipográficas cortadas pela censura de 28-8-1940 in arquivo de *O Século*, IAN/TT.

<sup>63</sup> Para Franco Nogueira, o almoço de despedida visava tornar claro que Salazar, ao sair das Finanças, não tencionava interferir naquele departamento. A fim de justificar a presença de Leal Marques, Nogueira equivooca-se quando diz, em nota de rodapé, que Leal Marques «fora entretanto nomeado inspector-geral de Finanças». Ele já o era desde 1930.

<sup>64</sup> V. telegrama n.º 138/16, de Leal Marques a Salazar, de 9-9-1940, AOS/CP-168.

<sup>65</sup> Entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>66</sup> V. «Leal Marques deixou o cargo de Inspector Geral de Finanças e vai exercer o de administrador do Banco Lisboa & Açores», in *Diário de Notícias*, de 1-10-41.

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> DI-3, AOS, IAN/TT.

que ignora feriados, repousos e mal conhece de vista as férias disciplinares.

Mas, mesmo em esboço, a figura ficaria incompletamente apontada se não referíssemos outras peregrinas qualidades: o carácter, o bom senso, e o coração. Nem a vida nem a experiência de onze anos de delicadas funções públicas, primeiro como chefe de gabinete do ministro das Finanças, depois como chefe de gabinete do Presidente do Conselho, embotou a sua sensibilidade. Nunca se habituou ao erro ou à desgraça alheia. Nunca pôde nem poderá assistir a qualquer tendência que seja [o desvirtuamento?] da pureza dos princípios. Absolutamente desinteressado, o espírito de Leal Marques paira sobre a mesquinhez dos motivos que em geral movem a pobre humanidade. A sua robustez física infatigável só se altera quando certos espectáculos morais inadmissíveis à sua isenção e legalismo se lhe deparem<sup>69</sup>.

Aquando da sua saída de chefe do Gabinete da Presidência do Conselho, até o liberal *Diário de Lisboa* fala da sua permanência naquele cargo como uma «afirmação de exemplar civismo, de dedicação, de dignidade, de lealdade sempre presente», e declara associar-se «às provas de respeito que todo o país lhe está prestando»<sup>70</sup>.

Prosas como estas repetem-se tanto em jornais de grande tiragem como na imprensa regional, e independentemente da sua maior ou menor proximidade do regime.

Tempos depois, para além de administrador do Banco Lisboa & Açores, Leal Marques virá a desempenhar também o cargo de procurador-geral da empresa seguradora espanhola La Equitativa — Fundación Rosillo, permanecendo nesta última após ter sido reformado da banca.

Consultando, no arquivo Oliveira Salazar, a «Correspondência Particular», cuja natureza, apesar do nome, é mais política e oficial do que privada, apenas se encontram três peças protocolares de Leal Marques posteriores à sua saída de chefe do Gabinete da Presidência do Conselho, sendo de admitir que os contactos com Salazar ou tenham diminuído ou hajam passado a ser mais directos e pessoais do que epistolares. Mas o engenheiro Henrique José Vilardebó Chaves é peremptório: Salazar e Leal Marques nunca mais se viram ou encontraram. Tudo se resumia aos cartões pessoais que ambos trocavam nos dias de Natal, Ano Novo e de aniversário de cada um.

Ter-se-á mantido ainda a oferta dos *Discursos e Notas Políticas*, da autoria do presidente do Conselho. O habitual era Salazar mandar fazer

---

<sup>69</sup> V. «Figura excepcional», in *Jornal de Notícias*, de 27 de Abril de 1939.

<sup>70</sup> V. *Diário de Lisboa*, de 29-8-1940.

tiragens de 250 exemplares, em papel especial, que eram por ele numerados e rubricados. À excepção do I volume dos *Discursos e Notas Políticas*, que não é numerado nem tem dedicatória e está apenas rubricado por Salazar, o II volume na posse de Leal Marques, cobrindo os anos de 1935-1937, é o n.º 3 dos 250 exemplares especiais e contém dedicatória e a assinatura de Salazar<sup>71</sup>.

O mesmo acontece após Leal Marques ter abandonado as suas funções públicas. Tanto em Dezembro de 1943 como em Janeiro de 1952 e em Maio de 1959, dos III, IV e V volumes<sup>72</sup>, Salazar envia a Leal Marques o n.º 3 dos exemplares especiais, com dedicatória e rubrica<sup>73</sup>. Ou seja, apesar do afastamento físico e do decorrer dos anos, Leal Marques continuava no topo da escala de consideração de Salazar<sup>74</sup>.

Já em idade avançada, Antero Leal Marques contrai segundo casamento com Maria Ivone Franco Rodrigues.

Mas a doença em breve o diminui intelectualmente, vindo a falecer a 19 de Julho de 1969<sup>75</sup>, já depois da morte política de Oliveira Salazar e no auge da era de Marcello Caetano.

## DO DIÁRIO

O *Diário* cobre, como vimos, o período que vai de 28 de Junho de 1932, dia em que o Presidente da República, general Óscar Carmona, encarrega Salazar de formar governo, até 11 de Julho desse ano, dia em que ainda andam no ar resquícios da agitação militar antes havida e em que os nacionais-sindicalistas de Rolão Preto se tornam preocupação dominante.

O texto contém 128 páginas manuscritas. Começa na segunda página par com a expressão «Antecedentes». Termina com a entrada relativa ao dia «12-VII-932», mas sem conteúdo. Começo e fim apontam para que Leal Marques tenha tido maiores ambições. Por um lado, dar conta das circunstâncias em que decorreu a demissão colectiva do governo do general Domingos de Oliveira e das que presidiram à nomeação de Salazar para presidente do ministério. Por outro, continuar com regularidade o *Diário*, tanto mais quanto as novas funções de Salazar não eram comparáveis às de simples ministro, ainda que se tratasse de um «superministro».

---

<sup>71</sup> V. informação de Henrique Chaves de 22-11-2005.

<sup>72</sup> Volumes relativos, respectivamente, aos anos de 1938-1943, 1943-1950 e 1951-1958.

<sup>73</sup> V. informação de Henrique Chaves de 22-11-2005 e AOS/CP-168, IAN/TT.

<sup>74</sup> Dos 250 exemplares especiais, o primeiro número era destinado ao Presidente da República, o segundo ao cardeal Cerejeira e o terceiro a Leal Marques.

<sup>75</sup> Sobre a doença, v. entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Dória Monteiro. Sobre a sua morte, v. a «Necrologia» de *O Século e Diário de Notícias*, de 20-7-69.

Estas ambições não significam que Leal Marques pensasse vir a publicar o que quer que fosse. Nem se coadunam com Salazar, nem com o carácter de Leal Marques, que possui um forte sentido de Estado e para quem a lealdade pessoal e institucional é um valor superior.

Como quer que seja, e para infortúnio dos historiadores, Leal Marques ficou-se pelo registo quotidiano dos catorze dias durante os quais Salazar, uma vez terminado o relatório sobre o Orçamento Geral do Estado, constituiu o governo. Ora descreve as diligências e contactos, as discussões e alianças, os boatos e intrigas, as jogadas e conflitos, que foram acompanhando a escolha dos nomes, ora dá conta do ambiente social e político que neles se viveu e até do clima que reinou nos dois actos de tomada de posse, primeiro do governo, depois do ministro da Guerra, general Daniel de Sousa.

Da leitura do *Diário* deduz-se que Leal Marques o vai escrevendo ao longo dos dias, a quente, ao sabor dos acontecimentos, nos raros minutos vagos de que dispõe. Não se trata de algo elaborado e trabalhado *a posteriori*. Pelo menos, a 5 de Julho, apanhamo-lo a dizer: «[...] estava a escrever o meu diário, retiniu a campainha do telefone» (p. 74). Alguns lapsos que comete, de que é exemplo chamar ministro do Comércio a Duarte Pacheco — quando ele é titular das Obras Públicas —, significam que se trata de um texto escrito ao correr da pena e que não chegou a ser revisto. Mesmo as liberdades que toma em relação a certas personagens, o que transmite das conversas com Salazar, que, por sua vez, de liberdades e não pouca ironia usa, só existem exactamente porque se trata de uma escrita livre de um texto privado e sem correcções.

Diga-se, por último, que as dificuldades que Salazar enfrenta e de que o *Diário* dá conta não têm origem na esquerda, do republicanismo mais radical ao movimento socialista ou ao anarquista e comunista. Depois das revoltas fracassadas de 3/7 de Fevereiro de 1927, de 2 a 6 de Maio de 1931 na Madeira, Açores e Guiné, de 26 de Agosto do mesmo ano em Lisboa, e das mal sucedidas greves gerais de 29 de Fevereiro de 1932 e de 30 de Maio desse ano, tanto os sectores políticos como os sociais se encontram imersos em lutas intestinas e com os seus dirigentes distribuídos pela prisão, pelo exílio ou vivendo numa legalidade mais do que condicionada. As dificuldades vêm, pois, do lado dos que fizeram ou apoiaram o golpe militar do 28 de Maio, que foi levado a cabo, não por monárquicos e católicos conservadores, mas por uma parte significativa de gente republicana de quase todas as facções.

Dito isto, o relato de Leal Marques é, a vários títulos, de excepcional importância.

Em primeiro lugar, vem completar as fontes primárias sobre a formação do primeiro governo de Salazar, limitadas até agora à imprensa de grande tiragem, toda ela censurada, à correspondência diplomática, bem mais livre



e abundante (casos da francesa e da britânica, as mais citadas), às memórias de um ou outro governante (caso de Marcello Caetano<sup>76</sup>) e às mais recentes descobertas de António de Araújo, em particular as actas do Conselho Político Nacional, órgão a que o Presidente da República recorre para discutir a crise política aberta pela demissão do governo de Domingos de Oliveira e cujos membros consulta individualmente sobre a personalidade a convidar para chefiar um novo governo<sup>77</sup>.

Em segundo lugar, ainda que a narrativa dos acontecimentos e do que se passa nos bastidores seja feita a partir do lado de Leal Marques, do lugar que ocupa junto de Salazar e dos próprios *parti pris* de um «republicano moderado» — o que determina uma parte dos seus temores, desabafos e comentários —, nada disto põe em causa a autenticidade e a pertinência das suas descrições e observações.

As preocupações de objectividade são evidentes. Basta proceder a uma análise interna do texto para constatar o rigor que nele foi posto. De resto, um ou outro pormenor referido pôde ser confirmado quer em documentos encontrados no arquivo Oliveira Salazar, quer na correspondência diplomática. É raro que Leal Marques não transmita fielmente a Salazar o conteúdo dos contactos tidos com gente política ou militarmente importante e mais raro é aceitar servir de intermediário aos que lhe vêm pedir cargos para terceiros, remetendo-os, delicadamente, para o Presidente da República, a quem, em seu entender, competiria decidir e comunicar ou não o nome do ministeriável a Salazar. Só por uma vez quebra esta regra — ou seja, opta pelo silêncio —, sendo de admitir que o faz a fim de baixar a temperatura ambiente e de não agravar as relações já de si tensas entre Salazar e algumas das mais importantes figuras militares, entre as quais se contam os coronéis Lopes Mateus e Raul Esteves e o general Daniel de Sousa. Leal Marques tem a noção de que um deslize na transmissão da informação pode ser fatal e fazer ruir a aventura em que Salazar está envolvido. Não esconde, porém, o que pensa de certas pessoas, situações e organizações, quer quando escreve para si, quer quando reproduz conversas tidas, a sós ou em grupo, com Salazar, Águedo de Oliveira, José A. Marques ou Mário Pais de Sousa. E ao falar, em tom de desabafo, das suas relações com Salazar ou dos conselhos que lhe dá é claro quando, por questões de eficácia, usa a diplomacia ou, ao invés, a frontalidade.

---

<sup>76</sup> Não refiro as memórias do tenente Assis Gonçalves porque na altura da formação do governo se encontrava em Vinhais, só regressando a Lisboa no dia 3 de Julho e entrando em contacto com Leal Marques no dia 4. Ou seja, o que conta anos depois é, necessariamente, em segunda mão.

<sup>77</sup> V. António de Araújo, «O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933», sep. de *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

Em terceiro lugar, sendo chefe de gabinete, Leal Marques vê desfilar, quer no Ministério das Finanças, quer na casa de Salazar, ao vivo ou por via telefónica, dezenas de individualidades, civis e militares, das mais variadas correntes, tendo acesso a informação confidencial e reservada que dificilmente se poderia encontrar em qualquer arquivo. Estou a pensar na informação que, de várias origens, lhe chega, directa e indirectamente, e se destina a Salazar ou a que de Salazar parte para diferentes destinos, desde as chefias militares ou determinados ministros até ao próprio Presidente da República, e que, pela sua própria natureza, jamais seria passada a escrito. Estou a pensar também nas conversas que os homens de confiança de Salazar mantêm ou nos comentários que tecem (inclusive o próprio Salazar), e que são espontâneos e mordazes, porque privados, mas que acabam por ser tão ou mais reveladores do que os discursos públicos, quer do ponto de vista da posição política de quem os faz, quer das estratégias por eles propostas ou seguidas. Estou a pensar ainda na importância variável atribuída a certas figuras. A lendária influência de Quirino de Jesus parece ter desaparecido nesta conjuntura. A importância do Presidente da República continua a ser indiscutível e tão decisiva como antes fora. O papel de Duarte Pacheco volta a ser relevante: dotado de uma acutilante noção do tempo político, é ele quem força, sem contemplações e cerimónia, a constituição do governo na noite de 4 para 5 e evita que Salazar perca prestígio ou caia no ridículo. Penso ainda na vivacidade com que Leal Marques descreve certas personagens e situações ou a que ele empresta a idênticas descrições feitas por Salazar.

Em quarto lugar, Leal Marques revela as dissidências e conflitos maiores entre civis e militares que a nomeação de Salazar provoca e se repercutem na constituição do seu governo, bem como no papel que alguns quadros superiores do Exército e o Presidente da República desempenham na solução da crise, como a nomeação do general Daniel de Sousa para ministro da Guerra.

Os conflitos são cruzados, têm protagonistas distintos e uma dupla dimensão pessoal e política.

Revoltam-se os tenentes contra a manutenção no governo do antigo ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, porque do «grupo de Coimbra», porque amigo de Bissaia Barreto e sobretudo porque defensor da aproximação aos antigos partidos políticos republicanos. Neste movimento, os tenentes são apoiados pelo coronel Lopes Mateus, ex-ministro da Guerra e que fora substituído pelo mesmo Pais de Sousa no Ministério do Interior, ministério que Mateus, pela sua natureza política, mais cobiçava.

Por sua vez, os nacionalistas e «revolucionários do 28 de Maio», perante nomes como os de Manuel Rodrigues e Mesquita Guimarães, ambos considerados republicanos e liberais, irritam-se e ameaçam revolta. O primeiro, por ter «apadrinhado», contra Salazar e Mário de Figueiredo, «a crise dos

sinos». O segundo, por tratar Salazar, «em oratória quase pública, de sacristão e jesuíta»<sup>78</sup>.

Mas às embirrações e aos ódios político-pessoais junta-se um conflito de alcance estratégico. A Constituição acabada de aprovar pelo Conselho Político Nacional e pelo anterior Conselho de Ministros de Domingos de Oliveira significava o fim da ditadura militar e uma institucionalização política que, entregado o exercício do poder político aos civis, confinava os militares nos quartéis. Este é o grande pomo da discórdia, que, de novo, Lopes Mateus e os jovens tenentes encarnam e está na origem de um braço-de-ferro com Salazar, que conhece altos e baixos e é de desfecho imprevisível.

Diga-se, por último, que o *Diário*, à semelhança das actas do Conselho Político Nacional, permite entender a orientação política e ideológica dos vários ministros. O governo que desta peleja resulta está longe de ser maioritariamente católico, monárquico e conservador, como o Conselho Político Nacional já não o era.

Se juntarmos e cotejarmos o manuscrito de Leal Marques com as notícias saídas na imprensa da época, com a correspondência diplomática, com as actas do Conselho Político Nacional já publicadas, com documentos avulsos constantes do arquivo Oliveira Salazar e com depoimentos memorialísticos — de que o de Marcello Caetano, embora sintético, se situa entre os mais fiéis<sup>79</sup> —, é possível estabelecer uma cronologia fina e fazer a história do primeiro governo de Salazar sem cometer erros grosseiros, quer pela inexacta localização de certos factos e posições, quer pela sua errada interpretação (falhas presentes em alguns estudiosos), e sem cair na tentação mais grave, que é a de falsear a história, como acontece com Franco Nogueira, para quem «não encontrou Oliveira Salazar dificuldade em constituir o seu governo»<sup>80</sup>. Na narrativa do biógrafo oficial de Salazar, tudo se tinha passado como entre Deus e os anjos ou como se já estivesse escrito nos astros. O *Diário* de Leal Marques vem dizer-nos precisamente o contrário.

## NOTA FINAL

No texto reproduzido respeitei a escrita e a pontuação de Antero Leal Marques. Assim, mantive as muitas abreviaturas por ele usadas: a de «M.º»,

<sup>78</sup> V. carta, muito posterior, do católico e monárquico Dr. Carlos Bessa Tavares a Salazar de 6-10-43, em que aquele explica a sua posição aquando da crise de 1932 (AOS/CP-263).

<sup>79</sup> Para a versão de Marcello Caetano, à época assessor jurídico do Ministério das Finanças, v. *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 1985, p. 47. A memória de Marcello só o atraiçoa quando situa o preenchimento da pasta da Guerra dias depois da tomada de posse de Salazar. A tomada de posse do general Daniel de Sousa no Ministério da Guerra verifica-se no dia 6 de Julho de 1932.

<sup>80</sup> Para a versão de Fanco Nogueira, v. *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*, II vol., Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 145-147. A última afirmação encontra-se na p. 149.

que tanto pode ser «Ministério» como «ministro», ou ainda «Mário», e cujo significado se deduz do contexto da frase; as de «Dr. S.» e «Dr. O. S.», que são «Dr. Salazar» e «Dr. Oliveira Salazar»; as de «Q.» e «Q. de J.», que significam, respectivamente, «Quirino» e «Quirino de Jesus»; a de «M.<sup>el</sup>», que corresponde a «Manuel»; a de «P.», que significa «Presidente» ou «Pacheco»; as relativas às patentes do Exército e da Marinha, de que são exemplos «Cap.», «C.<sup>el</sup>», «G.<sup>al</sup>», «C.<sup>te</sup>». Os exemplos que dou não são exaustivos.

Procedi à actualização ortográfica em alguns casos, como «ouvil'ó», «d'honra», «acompanhál'ó», «m'ó», «mensaes», «avisál'ó», «d'acordo», «arrastál'ó» e «fil'ó».

Sempre que se tornou impossível identificar com segurança uma palavra manuscrita, o termo escolhido foi assinalado com um ponto de interrogação entre parênteses rectos. Sempre que Leal Marques se esqueceu de colocar aspas, estas aparecem também dentro de parênteses rectos.

Os poucos lapsos cometidos pelo autor encontram-se assinalados ou no texto com parênteses rectos ou em notas de pé-de-página.

Todas as personalidades referidas no *Diário* foram, dentro do possível, identificadas, encontrando o leitor em notas no fim do texto os seus principais dados biográficos.